

UM OLHAR DISCENTE-DOCENTE SOBRE A INCLUSÃO NAS GRADES CURRICULARES

Priscila Tamiasso-Martinhon(1); Thainá Maria da Silva Quitete(2); Angela Sanches Rocha(3);
Célia Sousa (4)

⁽¹⁾Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, pris-martinhon@hotmail.com;
⁽²⁾Universidade Federal Fluminense - UFF, thainaquitete@id.uff.br; ⁽³⁾Instituto de Química da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, angela.sanches.rocha@gmail.com; ⁽⁴⁾Programa de Mestrado Profissional PROFQUI - UFRJ, sousa@iq.uff.br.

Resumo: Temáticas inclusivas, no âmbito educacional, estão relacionadas a vários fatores que, em última análise, refletem a carência de políticas públicas inclusivas e o não cumprimento das ações já existentes. O ensino brasileiro ainda exhibe características excludentes e o corpo escolar se sente despreparado para a atuação em classes com alunos deficientes e/ ou com necessidades educacionais especiais. Devido à intensificação de processos inclusivos na sociedade, faz-se necessário ampliar a discussão sobre esse tema. Não se trata apenas de abordar dificuldades por elas enfrentadas para almejar uma dada inclusão, ou uma posição no mercado de trabalho, mas também de compartilhar o sucesso e a trajetória por elas alcançadas, quando for o caso. O objetivo do presente trabalho consiste em apresentar alguns relatos de experiência sobre essa temática. Trata-se de um convite à reflexão sobre dilemas aos quais alunos e professores estão expostos em seu convívio cotidiano.

Palavras-chave: Inclusão, Pessoas com Deficiência, Relato de Experiência.

INTRODUÇÃO

Em um país com dimensões continentais, que apresenta dentre outros fatores diversidades físicas, sociais, culturais e econômicas marcantes, é preciso que todos assumam responsabilidades sociais para a construção de uma sociedade inclusiva. Contudo, a realidade brasileira mostra que a cidadania é usurpada tanto dos deficientes, quanto daqueles que possuem necessidades educacionais especiais (NEE). Assim, a vida da grande maioria desses sujeitos tem sido marcada pelo preconceito, pela carência de atendimento adequado em saúde e educação, pela falta de acesso ao mundo do trabalho, do lazer, do esporte, da cultura, entre outros (HERNANDES, 2005; ORLANDO *et al.*, 2014).

Para pessoas com NEE, utilizar sua própria capacidade de se relacionar, com todo e qualquer grupo de pessoas, ultrapassa a relação básica de interação social, pois é também uma relação de resiliência (PINHEIRO, 2004); superação (MEDEIROS, 2010), conquista (ANACHE, 1994) e aceitação (LEME, 2011; ANJOS *et al.*, 2013). Dada à complexidade de tais definições, que, aliás, são válidas e extensivas a todo e qualquer indivíduo, e provavelmente imprescindíveis a quem é deficiente.

Nessa perspectiva é fundamental que durante a graduação seja garantida a aquisição de

competências que forneça uma educação de qualidade para todos, direito este previsto por lei pela constituição brasileira (ORLANDO, 2013). O oferecimento de infraestrutura adequada e profissionais qualificados, efetivamente corrobora para se cumprir a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), no que se refere a uma educação para todos, respeitando as igualdades e diferenças (DINIZ, 2013).

Sabe-se que os fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão escolar se centralizam em uma concepção de educação de qualidade para todos, conseqüentemente no respeito às diversidades discentes. Assim, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todos, com ou sem necessidades especiais. Esse trabalho torna-se menos árduo quando os envolvidos possuem conhecimento, ou seja, com capacitação adequada para lidar com a diversidade humana.

A perspectiva de uma educação inclusiva implica em um ensino orientado às diferenças e necessidades individuais, para tanto, educadores precisam estar habilitados a atuar com eficácia e eficiência junto ao corpo discente nos vários níveis de ensino (SILVEIRA *et al*, 2012; GREGUOL *et al*, 2013). Um ensino inclusivo visa tornar o indivíduo com NEE mais habilitado a exercer sua criatividade e capaz de participar do meio em que está inserido colocando em exercício no mundo suas ideias (VIEIRA; MARTINS, 2013).

Apesar da necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais estar recomendada na Declaração de Salamanca e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras, a realidade dos cursos de formação docente, em termos gerais, não proporciona a capacitação necessária dos profissionais para o trabalho com a diversidade dos alunos.

Diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades e diversidades funcionais apresentadas pelos alunos. Aqui, tendo-se em vista a capacitação docente, a participação das universidades e dos centros formadores parece ser muito relevante, bem como o desenvolvimento de instrumentos e recursos que facilitem a vida de todos. Sendo assim, a comunidade acadêmica tem um papel fundamental no desenvolvimento de um sistema escolar inclusivo, pois a formação adequada e o trabalho conjunto com o corpo escolar têm como objetivo melhorar o sistema de ensino e realmente tornar a educação igualitária e de qualidade para todos os alunos.

Em termos das ações pedagógicas, as iniciativas dos professores geram saberes que

precisam ser captados, sistematizados e estruturados teoricamente. Só assim, os novos saberes servirão de pistas para outros professores diante do desafio da aprendizagem dos excluídos (MONTEIRO, 2003). Contudo, sabemos que o cotidiano desse profissional não condiz com a expectativa que o sistema possui: a maioria possui mais de uma jornada de trabalho, dispondo de pouco tempo para momentos de reflexões e estudos, com recursos insuficientes para investir em seu aperfeiçoamento pessoal e profissional e em muitos casos, até mesmo de lazer (PEREZ, 2008).

A grande massa de professores reais é formada, atualmente, por um professor não apenas com nula, escassa ou má formação para o ensino, mas também com uma educação geral deficiente, produto dessa mesma escola que está sendo questionada e em cuja transformação pretende-se envolvê-lo, sem lhe dar as ferramentas e as condições apropriadas (PEREZ, 2008).

Os professores apresentam ainda muito despreparo quanto a conhecimentos relacionados aos alunos com necessidades especiais e também em relação aqueles que apresentem maiores dificuldades de aprendizagem. Quanto às dificuldades relacionadas pelos professores diante do aluno com necessidades especiais, acrescentam-se os mitos sobre o diferente, “o muito diferente” e a crença de que somente os profissionais da área de saúde possuem competência para indicar a ele – o professor – qual a melhor forma de ensinar a esse aluno (PEREZ, 2008).

Dessa forma, é de suma importância instigar não só a ideia de inclusão do indivíduo com NEE no ensino básico, mas também no ensino superior, facilitando o acesso às inovações tecnológicas inclusivas (RONCAGLIO, 2004).

METODOLOGIA

A discussão sobre a importância do aprendizado inclusivo na formação de um cidadão consciente do seu papel no mundo contemporâneo, capacitado para a tomada de decisões e que valorizem o potencial inerente a diversidade humana, não é necessariamente uma temática nova, mas precisa ser ampliada.

A pesquisa apresentada no trabalho pode ser descrita como qualitativa (quanto a abordagem) e aplicada (quanto a natureza), com um contorno bibliográfico que objetiva gerar conhecimentos sobre inclusão. A pesquisa bibliográfica se baseou em livros sobre inclusão; artigos acadêmicos; monografias, teses e dissertações; entre outros documentos pertinentes a

essa temática. O material selecionado foi trabalhado em Rodas de Conversas que ocorreram no segundo semestre de 2017.

Um relato de experiência consiste em um texto que descreve experiências vivenciadas, cujo objetivo é contribuir de alguma forma para uma área de atuação específica. O mesmo deve conter informações e considerações que a vivência trouxe ao indivíduo. Além disso, o relato deve ser contextualizado, objetivo e com apoio teórico. No caso do presente trabalho, em que a área de atuação é educação inclusiva, trata-se de um convite para que a formação dos futuros professores valorize todas as experiências adquiridas durante sua formação acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as Rodas de Conversa, e com base no aporte teórico da bibliografia utilizada, discutiu-se que a grande maioria dos cursos oferece apenas a disciplina LIBRAS, que se tornou uma disciplina obrigatória, com o Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, regulamentando a lei 10436 de 24 de abril de 2002.

Os alunos de licenciatura em química relataram que no que concerne o curso específico deles: que a Universidade IF Sudeste-MG oferece a disciplina obrigatória “Educação Inclusiva” e eletivas relacionadas ao tema. A UFOP oferece uma disciplina obrigatória e uma eletiva. A UFU oferece Educação Especial, LIBRAS I e LIBRAS II como eletivas. A UFVJM oferece a disciplina “Educação e Inclusão” como obrigatória e três eletivas relacionadas. A UNIFAL oferece duas disciplinas obrigatórias: Educação Inclusiva I e II. A Universidade Mackenzie, a UNESP Araraquara e a UNG oferecem disciplinas eletivas, cujas ementas abordam o tema inclusão/acessibilidade.

Os alunos relataram que não conseguiram obter informações sobre o Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. A UERJ oferece três disciplinas obrigatórias e uma eletiva, enquanto a UFF oferece quatro disciplinas eletivas, cujas ementas abordam o tema inclusão/acessibilidade. A UFRJ, campus Ilha do Fundão, não apresentava disciplinas obrigatórias ou optativas sobre o tema nas grades de 2005-2007, 2008 – 2012. Apenas em 2013 a disciplina LIBRAS passou a ser oferecida – o que deixou os alunos dessa instituição, que participaram da Roda de Conversa um pouco decepcionados. Contudo, os mesmos alunos relataram que é oferecido no curso deles um total de oito disciplinas optativas todas na área de educação, que indiretamente podem abordar o tema inclusão/acessibilidade.

A discussão contemplou alunos de licenciaturas de diferentes instituições da região sudeste, todos fizeram um relato de experiência autobiográfico. O grupo foi quase que majoritariamente composto por alunos do curso de Licenciatura em Química, contudo para essa apresentação selecionamos o relato de uma aluna do curso de Pedagogia da UFF.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DISCENTE

As disciplinas pedagógicas que são voltadas para a inclusão, na área da Pedagogia, principalmente na Universidade Federal Fluminense, são poucas, e há várias contestações sobre isso, mas oferecem um grande aporte teórico e prático. Também é de extrema importância salientar os eventos que ocorrem na Universidade a respeito da Inclusão Social, que advém da necessidade de demonstrar além das disciplinas ofertadas, a realidade social, os estudos sobre os sujeitos que têm necessidades especiais e a introdução de diferentes e novas perspectivas a cerca deste tema.

Sendo assim, o aporte teórico destacado no parágrafo acima, se constitui na experiência obtida na disciplina de Educação Especial, quando foram ofertados documentos oficiais e leis, sendo o primeiro documento a Declaração de Salamanca, de 1994, que inaugurou o estudo dos documentos oficiais brasileiros. Esta Declaração foi considerada um marco mundial pois dirigiu sua fala principal para os direitos dos deficientes e a sua inclusão social.

Nesta disciplina, foi designado o estudo dos textos e ao final das aulas a professora estimulava a pôr em prática por meio de situações diversas de casos reais ou fictícios. Esse exercício, considero de extrema importância para o exercício de estudo de casos com embasamento teórico presente nas leis que envolvem a Educação Especial. É imprescindível, portanto, notar a importância do professor em identificar táticas por meio de sua didática para educar seus alunos portadores de deficiência, porém é tão importante quanto, o professor ter conhecimento desses documentos, saber ler, interpretar, tirar suas conclusões e as colocar em prática no seu cotidiano.

Já em relação ao aporte prático, a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica é ofertada no mesmo período da disciplina de Educação Especial, nessa ocasião os estudantes têm a possibilidade de realizar o estágio na modalidade da Educação Especial. Assim, nesta disciplina é reservado trinta horas para a realização do estágio e trinta horas para o estudo teórico e em sala de aula. No estágio realizado, o aluno opta por observar e acompanhar uma

criança com deficiência. Desta forma, estive observando uma criança autista. Esta experiência foi intercalada, uma semana de aula teórica na Universidade, de estudo sobre as experiências e outra semana de estágio com os alunos.

Vale ressaltar que essa experiência acontece no quinto período de um total de nove do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense. Este destaque se deu por observar na realização da disciplina de Didática por esta mesma Universidade, as falas dos alunos de outros cursos de licenciatura sobre a não ida às escolas, mesmo esses se encontrando no mesmo período ou posterior ao meu. Esta disciplina fez com que aprofundasse a necessidade dos estudantes de licenciatura adentrarem na escola logo nos primeiros períodos de sua graduação, a fim de entender a escola, sua estrutura e seus sujeitos.

Além disso, em relação a eventos dentro da Universidade, destaco um evento aberto a comunidade que ocorreu no início do ano, no período de férias. O evento intitulado de Escola de Inclusão, estava na sua XIX edição e organizado pela Prof^a Dr^a Cristina Maria Carvalho Delou, que oferece em uma semana de manhã até de tarde, aulas sobre Braille, LIBRAS, Tecnologias Assistivas, Robótica e Atividades Práticas.

Considereei de grande importância a participação nesse evento para a minha vivência sobre a educação. Desse modo, acredito que a teorização e a prática são importantes durante a graduação do estudante de licenciatura para ter uma visão prática e também ter reconhecimento sobre as leis e documentos da Inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a Sociedade Inclusiva fez perceber que as condições de acesso a deficientes e/ ou pessoas com NEE são muitas vezes negadas em vários aspectos da vida em comunidade. Sabemos que ainda são necessários muitos esforços que contribuam com as intervenções voltadas para a Educação Inclusiva e um dos pontos fundamentais, sem dúvida, deve ser a continuidade de estudos que abordem a construção de novos conhecimentos sobre a realidade escolar.

A presença de discentes com NEE no Ensino Superior leva-nos à reflexão de que a educação inclusiva, também neste nível, requer a reconstrução dos sistemas de ensino, com necessidade para a superação das barreiras pedagógicas. Essas barreiras não se limitam à infraestrutura física necessária. O apoio institucional necessário não se dá somente na disponibilização da infraestrutura e uns poucos profissionais especialistas ou interessados em

educação especial.

Com base nos dados levantados nessa pesquisa podemos concluir que a maioria das instituições tem se limitado a oferecer a disciplina obrigatória LIBRAS nos cursos de licenciatura como atendimento às exigências legais, as instituições que oferecem outras disciplinas que abordam o tema inclusão/acessibilidade o fazem na forma de disciplina eletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, H. P.; MELO, L. B.; RABELO, L. C.; ARAÚJO, M. A. Práticas pedagógicas e inclusão: a sobrevivência da integração nos processos inclusivos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 495-507, abr./jun. 2013.

ANACHE, A. A. O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 4, n. 1, p. 199-126. 1994.

DINIZ, R. O. A. **Gerando possibilidades de uso da proposta curricular do estado para alunos com necessidades especiais**. Dissertação. USP, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de Professores para a Educação Especial: uma Discussão Sobre os Modelos Brasileiro e Italiano. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, jul./set. 2013.

HERNANDES, R. B. **Um Estudo de Princípios Norteadores para a Formação Continuada de Educadores que Atuam na Profissionalização das Pessoas com Deficiência Visual**. Presidente Prudente, 2005.

LEME, M. I. S. As especificidades humanas e a aprendizagem: relações entre cognição, afeto e cultura. **Psicologia USP**, São Paulo, 2011, v. 22, n. 4, p. 703-724. 2011.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília. <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=824&id=288&option=com_content>. Acesso em: 18 nov. 2013.

MEDEIROS, C. M. B. **Diálogos com a Superação**: Sobre formação, qualificação profissional

e reconstrução de histórias de vida de deficientes visuais. 2010. TESE, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MONTEIRO, A. T. M. **Educação Inclusiva: Um olhar sobre o professor.** 2003. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

ORLANDO, M. S. **Portadores de necessidades especiais e as relações com instituições de ensino.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ORLANDO, M. S.; MARTINS-FILHO, A. M.; TAMIASSO-MARTINHON, P. Panorama das disciplinas inclusivas ofertadas a discentes dos cursos de licenciatura em química na região sudeste. In: EVENTO DE EDUCAÇÃO EM QUÍMICA. XII., 2014, Araraquara. **Anais...** Araraquara: Instituto de Química da UNESP, 2014.

PINHEIRO, D. P. N. A resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 1, p. 67-75. 2004.

PEREZ, M. A. R. **Educação Especial em Tempos de Inclusão: Política Educacional e Laços Sociais.** Tese. USP, 2008.

RONCAGLIO, S. M. A relação professor-aluno na educação superior: a influência da gestão educacional. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 100-111, 2004.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de Professores Sobre Inclusão Escolar e Interações em Ambiente Inclusivo: Uma Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, out./dez. 2012.

VIEIRA, F. B. A.; MARTINS, L. A. R. Formação e Criatividade: Elementos Implicados na Construção de uma Escola Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 2, p. 225-242, abr./jun. 2013.